

PREFÁCIO

As vozes e os signos de nós-mulheres

Os eixos temáticos contemplados neste livro, escrito a várias mãos, apresentam-se como recortes contextualizados de específicas pesquisas, projetando o intento maior de análise acerca da proposição que dá nome a este livro, *Ser mulher no século XXI: desafios, direitos, conquistas e vivências*, em diversificados percursos e interseções.

É importante problematizar o alcance histórico de adversidades e práticas. Ao longo dos tempos, muitos desafios foram enfrentados por mulheres pela simples condição de serem mulheres, esboçando-se em fatores, com traços muitas vezes misturados entre si, que se revestiam de biológicos, psíquicos, míticos, literários, entre outros, os quais, por meio de normas sociais e ditas científicas, foram dispostos em suportes hierarquizados. As práticas de mulheres foram deslocadas, em certas estruturas histórico-sociais e políticas, daquelas dos homens, outorgando-se a estes um alcance múltiplo de voz em inflexível estrutura de poder. Uma projeção dualista, configurada em distinções de gênero, modelou a história da cultura, estabelecendo privilégios para diferentes modelos masculinos e patriarcais em âmbito de corporeidade, vivência e expectativas.

Na justa medida das descrições históricas, Georges Duby e Michelle Perrot (1990), ao introduzirem o tema da História das mulheres no Ocidente, já apontam como, desde a Antiguidade, essa história foi “votada ao silêncio da reprodução materna e doméstica”, em meros aspectos vividos na intimidade da casa e que não pareciam sequer valer a pena serem recontados (DUBY, PERROT, 1990, p. V). Na memória dos homens que governavam as cidades e administravam seus

arquivos, nem os registros permitiam a entrada dos feitos de mulheres, destacando-se as desigualdades entre os sexos. Ademais, continuam os dois autores, da Antiguidade ao cenário atual, a precariedade das informações e das anotações históricas tornou possível uma representação histórica das mulheres, bem antes de uma descrição das condições reais de atuação de suas próprias vozes (DUBY; PERROT, 1990, p. VI). Filósofos, moralistas, pedagogos, juristas ditavam o que eram as mulheres, o que deveriam fazer, e as representavam como ecos das obsessões masculinas (DUBY; PERROT, 1990, p. VIII). Se, ao longo do curso da história, não parece simples separar “representações e realidade, discursos e práticas”, como entende Pauline Schmitt Pantel (1990, p. 8), vale sempre retomar a trajetória deste sujeito histórico nomeado como *A Mulher*, que perpassa diversos modos discursivos. De simples sombra do imaginário masculino, tal como se lê nos textos e documentos dos Antigos, conforme Duby e Perrot (1990), configurou-se gradualmente uma personagem histórica, que passa a reivindicar o direito à dicção da própria voz e à construção de seu próprio destino histórico e social, chegando ao cenário atual.

Se pudermos pensar com Julia Kristeva (1981), em alguns níveis de compreensão temática, considera-se que, no percurso da história, somente no século XX demarca-se a especificidade de expressão da voz das mulheres, e então se configura o *Tempo das Mulheres*, especialmente, por haver sido aquele o século da consciência da alteridade, do reconhecimento do *outro*, cujos temas chegam até hoje em seus vários efeitos. Não apenas devido às guerras mundiais, que ampliaram o espectro das desigualdades culturais entre os

povos e, especialmente, entre as mulheres e os homens em tempos de conflitos, mas, sobretudo, pelo registro social e político dos movimentos feministas da segunda metade do século passado, muito se teria a pensar, acima de tudo, acerca do ato de tornar-se uma mulher no século XXI. Tanto em nível teórico quanto de práticas coletivistas, a especificidade do grande *outro* em que se constituem as mulheres, tal como escreve Simone de Beauvoir ([1949]1980), não se encerra em algumas conquistas e novas representações do perfil feminino, mas na consciência de situações culturais que deveriam ser revisitadas. Mesmo que hoje não se vincule mais e tão somente o termo *feminino* às mulheres e o *masculino* aos homens, o adjetivo ou a qualificação de gênero feminino tem sido um atributo tão complexo quanto o próprio substantivo *mulher*. Ora se desqualificam as mulheres por serem femininas, ora lhes retiram seus atributos ditos naturais ou culturais, sempre em tons polêmicos e de complexa axiologia.

As teorias feministas que surgem ao longo desses séculos passam a investigar, nos traços psíquicos e da cultura, os moldes de contestação e revisão de saberes, de condutas, de normas e costumes. Em meados do século XX, Simone de Beauvoir, entre outras, inaugura pautas especulativas com novas ferramentas teóricas na elaboração e reconstrução social de gênero. Embora o termo por ela utilizado fosse ainda *sexo*, ao atribuir ironicamente às mulheres uma condição cultural de um *segundo sexo*, Beauvoir apresenta nova base dialógica dos contextos de mudanças do século passado, propiciando repensar os obstáculos existenciais e a

desmitificação do real, assim como as opressões do sistema e das desigualdades culturais, conforme Santos (2019, p. 2-3).

Especificamente, instaura-se, a partir de então, o processo de desnaturalização do valor atribuído aos nomeados fatores biológicos e psíquicos, abrindo-se a distintos modelos hermenêuticos a revisão do signo de alteridade absoluta em que se fixam as mulheres na cultura; reconhece-se como uma imposição cultural, e não mais como algo natural, o valor e o desvalor dos corpos generificados e de suas funções na construção dos laços da civilidade. De várias angulações, as diversas inscrições feministas pontuam algumas das preocupações que percorrem teorias e modos de condutas dos últimos tempos. As críticas à concepção d'A Mulher como o *outro* da cultura surgem em várias perspectivas. Joan Scott (1999) pensa na categoria de gênero como ferramenta para a análise histórica; Célia Amorós (1985), Maria Luisa Femenías e Paula Soza Rossi (2009) e Catharine A. MacKinnon ([1999] 2007; 2020) problematizam, cada uma a seu modo, a violência contra as mulheres e os pactos patriarcais, assim como as violências simbólicas e invisíveis; Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (2011) pluralizam o cenário de experiências, indicando a complexidade das reivindicações das mulheres negras nos debates feministas em contextos sociais específicos; bell hooks (2017) delinea na educação as práticas de liberdade e de transgressão de barreiras raciais e de classe; Drucilla Cornell (2018) investe na condição ética da pós-modernidade. Não se poderia deixar de mencionar os traços de decolonialidade que se incorporam a cada dia nas pesquisas feministas, como já postulava María Lugones (2014). De Beauvoir a Gonzalez, de Cornell a Lugones, percorre-se uma

longa trajetória conceitual e de atitudes. Movimentos e seus fundamentos ajudam a reconhecer a multiplicidade de fatores que sobrecarregam os estereótipos de gênero.

Uma variação de possibilidades de leitura abre-se à polêmica causada pelos feminismos do século XX ao XXI, e as pesquisas presentes neste livro tentam identificar pontos de interseção nas contendas das mulheres com a sociedade.

Retornando ao *Tempo de mulheres*, de Julia Kristeva, e da consciência da alteridade que se sobressai no século XX, verifica-se que, da perspectiva dos feminismos, as grandes questões do século passado podem ser lidas como se girassem em torno do problema da reprodução, do valor da vida humana sexualizada e corpórea. Gradativamente, o reconhecimento da alteridade em que se inserem as mulheres passa a se ressignificar e a alertar que a reprodução deveria ser tomada como escolha, a sexualidade como um direito inerente à cidadania, e a corporeidade como a condição de apresentação e representação político-sociais.

Contudo, as estatísticas demonstram que o reconhecimento das mulheres como o *outro* da cultura ainda se inscreve em espaços de violência. Nas várias partes do mundo, mesmo em contextos contemporâneos, as mulheres clamam por uma rota de solidariedade entre si e questionam os cenários de violência de gênero; as marcas de violência sexual impostas às mulheres degradam sua condição de vida a cada momento em que a reificação prevalece histórica e socialmente. Catharine A. MacKinnon (2007) questiona sobre o teor de humanidade das mulheres após a Declaração Universal

de Direitos Humanos de 1948, que definia a condição de ser humano baseada nos direitos reconhecidos à pessoa humana. Contudo, em linha indagativa, MacKinnon argumenta se as mulheres em cenário de violência continuada, seja em tempos de guerra, seja em momentos de paz, mantêm-se em situação de privação de direitos enquanto privação de seu teor de humanidade. O que precisaria mudar para que a amplitude de direitos reconhecesse as diferenças de gênero?

Segundo María Luisa Femenías (2018), as questões da interseccionalidade dos sistemas de sexo-gênero-etnia-classe incidem na forma como os cenários de violência se potencializam em gradações específicas, das mais expressivas às mais sutis, parecendo não nos competir mais do que aguardar que *o ethos anacrônico e as estruturas obsoletas* possam deixar de ser tomadas como estanques e perenes. Os hábitos e costumes que se desenvolvem sob o crivo de uma estrutura de poder patriarcal, aquilo a que se denomina como o *ethos patriarcal*, em suas variantes históricas, não deveriam mais ter validade ou incidência nas formas de ser e de *dever ser* de mulheres e homens do século XXI. Mas os costumes e hábitos não se modificam da noite para o dia, como se garantissem um teor de verdade e validade para normas e condutas.

Vale novamente lembrar Julia Kristeva quando menciona como os feminismos em suas variantes ousaram quebrar a validade de conceitos universais e abstratos, de simbologias e valores, problematizando o sentido pleno de verdade por meio das experiências múltiplas de mulheres. Há de ser ainda mencionado como a fabricação da alteridade absoluta, tal como Beauvoir entendia o lugar prefixado às mulheres na

cultura, permeou as várias esferas institucionais e míticas da realidade até o final do século XX, permanecendo até nós nos recônditos da vida privada. Se no cenário público, as normas de condutas e as formas de pedagogia dos hábitos e costumes puderam ser revistas e gradualmente retomadas, ainda se depara em várias situações, especialmente naquelas em que fantasia e realidade se mesclam na intimidade dos lares, com a condição de vulnerabilidade dos corpos femininos. Contudo, não obstante os contextos de violências que golpeiam os corpos de mulheres a cada minuto do existir humano, os feminismos também apontam como, apesar de tais tormentos, a autonomia e a reconstrução da história das mulheres passam a ser uma constatação fática. Segundo ainda Kristeva (1981, p. 17), se a noção de tempo histórico, reconhecido como tal, sempre foi a de fabricação de uma civilização, na qual as mulheres são desconsideradas, o que delas sempre se registrou foi um senso de ruptura e de inserção nas margens do tempo e da história. Ora, esse lugar de cortes e transgressões, dos moldes tradicionais de fabricar o tempo e as condições históricas, passa a ser revisto como o *topos* (o lugar) de detenção de outras temporalidades, de outros saberes.

Se o século XX foi o tempo da consciência da alteridade histórica, discutida pela filosofia, pelo direito, pelas pedagogias de vanguarda, é da perspectiva dos feminismos que a consciência de um *entre-lugar* a ser projetado pelas mulheres passa a integrar as nossas vidas e nossas relações com o mundo. Aprendemos a lidar com os mecanismos do poder por outras vias de reflexão e de vivências, aprendemos a nos

nomear, mesmo que na heterogeneidade de intersecções, a nós mesmas como nós-mulheres.

Tal como escreveu Judith Butler (1997), retomando Michel Foucault, muito se acostumou a compreender as estruturas de poder como formas exteriores ou extrínsecas de dominação. Contudo, passou-se a considerar também que a humanidade se projeta na construção da própria história e na formação das subjetividades, reagindo a tal dominação. O poder não é apenas algo que submete, mas o qual se combate e contesta. Nesse sentido, na nossa especificidade enquanto mulheres, aprendemos a lutar contra as formas de dominação do poder histórico que se operacionaliza de diversos modos. Parafraseando Butler (1997), podemos dizer que nós mulheres fomos nos formando como sujeitos da nossa própria história, opondo-nos às estruturas de poder, e, por meio de tais oposições, fomos nos projetando psíquica e culturalmente, mesmo enquanto rupturas, em novas bases de autonomia, de formas discursivas que não desconsideram o *outro* ao nosso redor e o *outro* que trazemos dentro de nós.

Talvez tenha sido um dos grandes impactos dos feminismos, justamente, desvelar a ambiguidade que o sujeito humano porta consigo ao longo de sua vida, sempre cercado pelos desejos e possibilidades, que tanto incitam quanto delimitam o alcance das ações.

Os vários artigos que compõem este livro esboçam-se na direção do que Drucilla Cornell (2018) descreve como a exigência de atitudes éticas que devem sustentar os projetos feministas atuais. Para além de fantasias irracionais que

possam recusar as diferenças entre os gêneros e mesmo entre as mulheres em suas várias situações e intersecções, é preciso verificar como cada artigo deste livro aponta para projetos e realidades e não para projeções ou ilusões inefetivas. Possivelmente, nenhuma de nós, que se deseja sob a estampa diversificada de ser mulher no século XXI, possa reconhecer, como escreve Nicholson (2018, p. 20), um “significado fixo para mulher dentro do simbólico” determinado nas culturas com matrizes nas estruturas patriarcais ou na mera simbologia masculina. É preciso olhar com prazer e gosto a margem das formalidades e entendimentos, e saber que temos ali criado, historicamente, uma outra tonalidade de voz, de vozes paralelas, de saberes distintos, de epistemologias outras. Podemos até mesmo concordar com Nicholson e Cornell, recuperando Joan Scott, no sentido de que não há uma “história objetiva que possa ser pensada como tribunal de último recurso” (NICHOLSON, 2018, p. 30). Nada está definido como fixo e pronto para ser utilizado e assumido como norma de condutas. Nossos desejos mais íntimos, nossas aventuras quotidianas, nossos enfrentamentos dos padrões estéticos e éticos, perpassam, segundo Drucilla Cornell (2018, p. 128), sobretudo, por uma “relação não violenta com o *outro*” e com a diferença. Mas isto também significa que a mulher do século XXI tem por desafio saber-se não plena, mas integrada a um sistema que deve ser criticado em seus significados mais reducionistas, especialmente, quando se nega a qualquer uma de nós nossas próprias singularidades.

Poderíamos, contudo, nos perguntar, por meio das questões trazidas de Cornell a Lugones, entre outras, se as pesquisas que aqui redesenam os vários signos de mulheres do século

XXI nos permitem ir mais longe. Talvez não seja apropriado almejar uma *moralidade implícita* a nossos projetos e ações que se fixe numa “maneira certa” de comportamento e de ação (CORNELL, 2018, p. 128), mas a um posicionamento moral que nos incite sempre a uma atitude diante do *outro*, dos vários outros que habitam as situações da vida humana, num processo de ressimbolização do que almejamos como cenário de não-violência para a vida de autonomia das mulheres. O que nos diversos artigos aqui escritos se propõe é bem uma multiplicidade de pautas epistemológicas, que perseguem uma meta para que nossas vozes sejam ouvidas em todos os níveis e oportunidades, nossos corpos não sejam mais reificados, nossas expectativas sejam legitimadas. As pesquisas revelam o longo percurso a ser ainda percorrido no trajeto indagativo sobre o gênero, seja no trabalho e na educação, nas resistências por meio de outros paradigmas de gênero e de sexualidade, na releitura do conhecimento, da crítica dos padrões raciais e eurocêntricos, seja por meio das vozes insurgentes das mulheres que retomam nossa histórica herança africana e indígena e repensam os espaços acadêmicos, formativos, curriculares, culturais de novas perspectivas axiológicas. Essas pesquisas variadas revelam, sobretudo, um olhar atento voltado aos feminismos de resistência e contestação à colonialidade de gênero. O conjunto de textos nos faz revisitar não somente uma narrativa acerca da opressão de mulheres, mas uma gama de informações e de compreensão dos processos combinados de vivências históricas sem jamais a elas sucumbir, tal como escreve María Lugones (2014, p. 940). Propõe-se, no conjunto heterogêneo desses textos, uma reconstrução ampla do humano e dos signos que o compõem.

Os desafios de ser mulher no século XXI não nos permitem esquecer dos enfrentamentos histórico-sociais do passado, mas, olhando o futuro, os vários textos, resultados de profundas pesquisas que compõem este livro, demonstram como os projetos de solidariedade e de respeito às diferenças nos levam a distinguir ilusões de plausibilidades. Devemos poder desejar e sonhar, perseguindo utopias infinitas, e continuar lutando por um ideal de democratização da sociedade em que vivemos, atuamos e exigimos para nós nas variáveis de ser mulher. Escreve Maria Isabel Santa Cruz (1997, p. 44): pensar na dimensão de utopias não significa centrar-se em “um sonho social que se sabe irrealizável”, mas em críticas feitas sob o foco de um “futuro possível”, que se permite a um desenho de novos princípios e condições de vida. Justamente, estas pesquisas que aqui se definem demonstram como a história das mulheres sempre esteve ligada à história da democratização dos povos, dos mais distantes aos mais próximos do nosso cenário atual. Por tais intentos – que ora parecem utópicos, ora se concretizam em projetos reais –, nos redefinimos como pesquisadoras e como mulheres do século XXI, aptas a apresentarmos algo de nós a nós mesmas, e ao público leitor, por meio das condições reais de nossas próprias atuações e vozes.

Magda Guadalupe dos Santos

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

REFERÊNCIAS

- AMORÓS, Celia. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Barcelona: Anthropos, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **Le deuxième sexe**. Paris: Gallimard, 1949.
- BUTLER, Judith. **The Psychic Life of Power: Theories in Subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- CORNELL, Drucilla. O que é feminismo ético? *In*: BENHABIB, Seyla *et al.* **Debates feministas: um intercâmbio filosófico**. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 117-160.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUBY, George; PERROT, Michelle. Per una storia delle donne. *In*: DUBY, George; PERROT, Michelle. **Storia delle donne in Occidente: l'Antichità**. Traduzioni di Fausta Cataldi Villari *et al.* Bari: Editori Laterza, 1990. p. V-XVII.
- FEMENÍAS, Maria Luisa; ROSSI, Paula Soza. Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 42-65, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8858>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- FEMENÍAS, María Luisa. Violencia contra las mujeres: obstáculos para enfrentarla. *In*: FEMENÍAS, María Luisa; NOVOA, Silvia Mabel (coords.). **Mujeres en el laberinto de la Justicia**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2018. p. 21-36. (Los ríos subterráneos, VI).
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

- KRISTEVA, Julia. Women's time. Translated by Alice Jardine and Harry Blake. **Signs**, Chicago, v. 7, n. 1, p. 13-35, Autumn, 1981. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/undergraduate/modules/literaturetheoryandtime/ltt.kristeva.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- MACKINNON, Catharine A. **Are women human?:** and other international dialogues. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007.
- MACKINNON, Catharine A. As mulheres são humanas? **Virtuajus**, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 12-22, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/24462/17145>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- NICHOLSON, Linda. Introdução. In: BENHABIB, Seyla *et al.* **Debates feministas:** um intercâmbio filosófico. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 9-31.
- PANTEL, Pauline Schmitt. Introduzione. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. **Storia delle donne in Occidente:** l'Antichità. Traduzioni di Fausta Cataldi Villari *et al.* Bari: Editori Laterza, 1990. p. 3-10.
- SANTA CRUZ, María Isabel. Feminismo y utopismo. **Hiparquia**, Buenos Aires, v. 9, p. 33-49, jul. 1997. Disponível em: https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5477/pr.5477.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.
- SANTOS, Magda Guadalupe dos. Os desafios da “escrita por encomenda” e o esforço de desmitificação no pensamento de Simone de Beauvoir. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 19, n. 56, p. 1-30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/6f88Dczs3djThycrKt6d3rp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico.
In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. (comps.). **Sexualidad, género y roles sexuales**. Buenos Aires: FCE, 1999. p. 265-302. Disponível em: <https://bivir.uacj.mx/Reserva/Documentos/rva2006191.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.